

# DO BOM USO (POLÍTICO) DA CIDADE EM IMAGENS\*

LAURENT VIDAL

Université de La Rochelle  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
laurent.vidal@univ-lr.fr

## RESUMO

Por que colocar uma cidade em imagens? Essa é a principal questão deste artigo, que propõe trazer alguns elementos de resposta, a partir de estudos de caso. Colocar uma cidade em imagens pode servir para suscitar ou elucidar um projeto político, para despistar seus contornos, para apoiar uma ambição política, ou para realizar uma verdadeira propaganda para atrair futuros habitantes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imagem urbana. Representação. Urbanismo.

## RÉSUMÉ

Pourquoi mettre une ville en image ? Telle est la question principale de cet article qui propose, à partir de quelques cas d'études, quelques éléments de réponse : mettre une ville en images peut servir à susciter ou éclairer un projet politique, à en brouiller ses contours, à appuyer une ambition géopolitique, ou à mener une véritable propagande pour attirer de futurs habitants.

**MOTS-CLÉS :** Image urbaine. Représentation. Urbanisme.

## ABSTRACT

Why should an image of a city be produced? This question is the central concern of this article, which provides a few partial answers thanks to a few case studies: The making of an image for a city may serve to give birth or to enhance a political project, to blur some of its aspects, to assist a geopolitical design, or to carry on a propaganda aimed at attracting future inhabitants.

---

\* Este artigo nasceu da iniciativa do professor Paulo Cesar da Costa Gomes. Sem sua proposta de reler, a partir dessa problemática dos laços entre cidades e imagens, alguns de meus trabalhos, o presente artigo não teria emergido. Agradeço-lhe profundamente por isso.

**KEY WORDS:** Urban image. Representantation. Urbanism.

Imagem das cidades, cidades da imagem, cidades em imagens... a cidade custa a se conceber fora de um laço – em cuja natureza este dossiê convida a pensar – com a imagem. E essa relação é antiga. Que se pense em Clístenes, há 2.500 anos, que atribui à cidade de Atenas um projeto central e uma reforma espacial: a representação da isonomia, princípio fundador da democracia grega (VIDAL-NAQUET e LÉVÈQUE, 1964).

Meu propósito concentra-se particularmente em uma questão: por que colocar uma cidade em imagens? Respaldando-me em estudos que tenho a oportunidade de realizar há alguns anos, gostaria de evocar aqui algumas das intenções dos promotores dessas imagens, bem como as expectativas que eles depositam nesse jogo semântico. Esses exemplos situam-se no Novo Mundo, cuja conquista deu lugar a uma verdadeira “guerra das imagens” (GRUZINSKI, 1990) – guerra que não cessou desde então. A nova cidade, que é a regra nas regiões que eu especialmente estudei (a América portuguesa e a América francesa), presta-se particularmente ao desdobramento de um jogo de colocação em imagens – antes, durante e depois da construção.

## **HENRYVILLE, A PRIMEIRA CIDADE FRANCESA DO NOVO MUNDO!**

Começamos nossa investigação pelo que poderia ser a primeira cidade francesa do Novo Mundo... Em 1555, Nicolas Durand de Villegaignon convence o rei da França da pertinência de seu projeto de instalação de uma colônia francesa na baía de Guanabara, conhecida há tempos pelos marinheiros franceses como um lugar de troca de pau-brasil. No mês de novembro do mesmo ano, acompanhado de uma centena de colonos, Villegaignon chega à baía. Ao invés de tentar se instalar no continente, e correr o risco de ser atacado por índios e portugueses, ele prefere, no começo, estabelecer-se em uma ilha, abrigado por um forte, que ele batiza de Coligny, em homenagem ao ministro da marinha, o almirante de Coligny. Cinco anos depois, Portugal expulsa definitivamente os franceses da baía, onde eles terão deixado poucos rastros materiais.

Em 1575, André Thévet publica, na *Cosmographie universelle*, um mapa da baía do Rio. Implantada no coração da baía, protegida por paliçadas de

madeira, e sofrendo o fogo de naus portuguesas, está a Ilha dos Franceses: sob uma ameaça como essa, como ela poderia resistir? Contrastando com esse perigo ameaçador no continente, onde quase só se percebe um dos bastiões, está Henryville, instalada ao longo do rio Cariope: nada parece capaz de atingir a segurança e a serenidade de sua localização. Essa cidade tão forte e regular é, de fato, uma falsificação! No entanto, é certamente a primeira cidade francesa desenhada no continente americano (lembramos que a primeira cidade francesa construída no Novo Mundo é Quebec, em 1608, por Champlain) (VIDAL, 1999; AUGERON e VIDAL, 2002). É notável, então, que a implantação de cidades francesas no Novo Mundo comece por uma falsificação. André Thévet reincidirá, inclusive, alguns anos mais tarde no *Le Grand Insulaire* (1586); ele reedita sua ficção, mas inverte o nome: Ville Henry. A partir de então, é uma cidade fortificada, cercada por fossas cheias de água, até com sentinelas montando guarda. Porém, mais uma vez, ela está só parcialmente desenhada. O essencial permanece fora do contexto.

Qual poderia ser o interesse, quinze anos após o fracasso da França Antártica, de propor um desenho como esse? Notemos em primeiro lugar que, assim como Guillaume Le Testu, André Thévet participa da invenção do que Franck Lestringant chama de “ficcões cosmográficas” (LESTRINGANT, 1988, p. 06), que resultam da “combinação do erro técnico com o cálculo estratégico”. Esses mapas servem assim muito mais aos interesses do poder, que faz encomendas, do que àqueles dos navegadores. O que está em jogo é simples: a França foi excluída do Tratado de Tordesilhas – “eu gostaria de ver a cláusula do testamento de Adão que me excluiu da divisão do mundo!”, exclamava Francisco I no começo do século XVI. Mas as riquezas do Novo Mundo, como esse pau-brasil, tão precioso para os tintureiros normandos, são um convite permanente à instalação de uma base francesa no Novo Mundo. Os comerciantes de Rouen haviam inclusive organizado uma festa brasileira em 1550, quando da vinda do rei Henrique II e de Catarina de Médicis, mostrando ao casal real o corte do pau-brasil, seu transporte pelos índios para os navios... Tratava-se de convencer o poder a se lançar oficialmente na conquista do Novo Mundo. E é o que ainda parece indicar o mapa de Thévet: o fracasso da França Antártica não deve significar o fim dos projetos imperiais franceses. Por isso, o contraste entre a ilha dos Franceses, sob o fogo dos canhões (símbolo do fracasso passado), e Henryville, serenamente pousada à beira do continente (símbolo de um projeto a ser realizado). Tal ficção nem choca

os contemporâneos. Assim, para Marc Lescarbot, autor de uma *História da Nova França* ([1609] apud LESTRINGANT, 1988, p. 07): “que exista cidade ou não, eu não vejo motivo para sanção, considerando-se o momento em que os franceses possuíram esta terra, tendo feito isto para convidar o Rei, no intuito de avançar neste empreendimento”. Essa invenção de Henryville atesta o desejo de oferecer ao Príncipe uma imagem de glória imperial.



Figura 1. Mapa da França Antártica – André Thévet – 1575.  
Abaixo, à esquerda, percebem-se as formas abaluartadas de Henryville.

## NOVA ORLEANS, JÓIA DO URBANISMO FRANCÊS NAS AMÉRICAS

Tomemos outro exemplo. Estamos no começo do século XVIII: Luís XIV e seu ministro Pontchartrain empreendem a colonização da Luisiana (LAN-

GLOIS, 1999; VIDAL, 2005). Mas que lugar escolher para implantar uma cidade que servirá de base para a exploração dessa região? Depois dos fracassos de La Mobile (1700-1712) e de Biloxi (1715-1720), na desembocadura do Mississippi, é finalmente escolhido um lugar mais acima. Em 1721, o engenheiro do rei, Adrien de Pauger, visita o local e desenhará o plano de Nova Orleans (Figura 2).

O que chama a atenção, quando se observa esse plano (em cores), são primeiramente suas proporções majestosas. Localizada numa curva do Mississippi, Nova Orleans é, no papel, maior que Rochefort (a cidade-arsenal mais moderna da França), dispõe de uma praça central um pouco maior que a Place des Vosges em Paris. Enfim, ela é dotada de todas as características do poder real. Depois, a regularidade da trama surpreende: ruas bem retas, parcelas bem desenhadas, casas bem alinhadas...

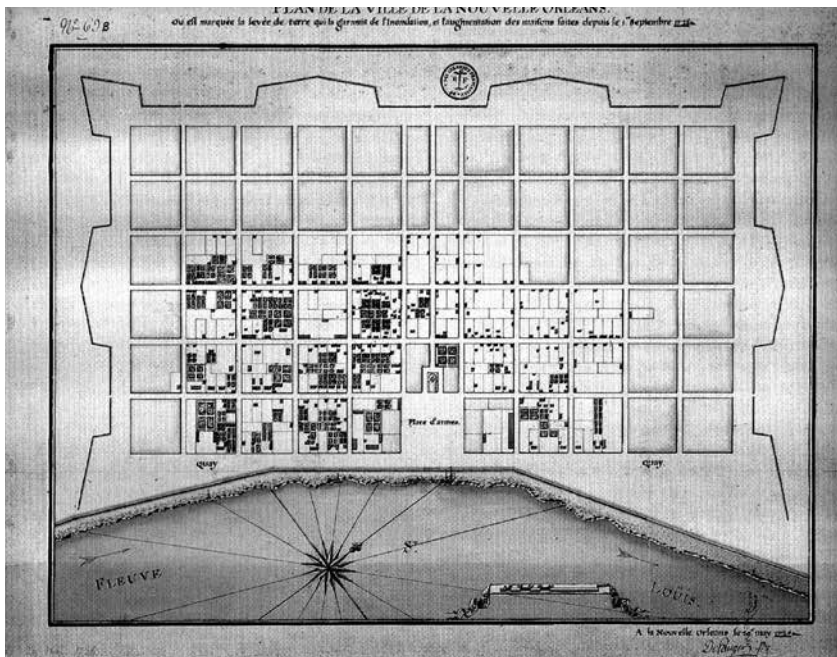


Figura 2. Nova Orleans, plano de Adrien de Pauger (1724)

Não obstante, quando se estudam os arquivos, é estarrecedor constatar até que ponto as informações transmitidas pelos intendentes e os engenheiros divergem, dependendo se são descrições ou planos: por um lado, tem-se

uma cidade apodrecida, infestada de ratos, com canais de 50 cm de largura, enquanto os planos apresentam um magnífico canal de aproximadamente 20 metros de largura com água corrente, que deságua no lago Pontchartrain. Ao olhar o plano desenhado pelo engenheiro Bonichon em 1729 – no qual ele se dá ao trabalho de assinalar a localização exata de cada casa, dando o nome do proprietário, numerando os lotes e detalhando quais são os tetos cobertos de palha, de madeira ou ainda de telhas –, percebe-se então que as casas não estão de modo algum alinhadas às ruas. Então, o que se vê sob a forma de uma ilhota regular não aparecia dessa maneira na prática: como as paliçadas não estavam construídas, as casas não estavam alinhadas às ruas. Esse é um belo exemplo da diferença de percepção que podia ter o habitante de Nova Orleans e o rei ou seu governo, que dispunham unicamente de mapas para apreender a situação.

Então, por que Adrien de Pauger desenha um plano tão majestosamente regular? E por que o rei o difunde em grande escala? Várias razões podem ser citadas. Isso permite, primeiro, que os engenheiros obtenham os créditos de fortificação necessários à edificação das cidades: eles desenhavam então planos absolutamente magníficos, em cores, esperando, com isso, conseguir as subvenções correspondentes à sua solicitação. De fato, a colônia funciona com um orçamento muito apertado, que permite construir uma dezena de cabanas de tábuas por ano e só. Mas essa imagem de cidades regulares no Novo Mundo é também consideravelmente útil para o poder real na França. Ele está, assim, em condições de reivindicar, perante potências rivais, sua capacidade de construir, nos recônditos de seu Império, cidades de formas regulares com belas fortificações abaluartadas. Quanto ao que acontece na prática, evita-se, dentro do possível, que seja difundido. Existe assim uma estratégia em termos de imagem de marca, por parte da França, na difusão, em grande escala, desses planos de cidades.

Nova Orleans seria, sob esse ponto de vista, uma ilustração perfeita dessas cidades, do desejo das quais fala Ítalo Calvino (1973): o plano de Adrien de Pauger demonstra o desejo de levar a cabo uma construção tão imponente e o desejo que o rei nutre de dar seu nome a uma cidade majestosa.

## **EM SÃO DOMINGOS, CIDADES EM BUSCA DE HABITANTES**

Deçamos agora um pouco mais nas possessões francesas, em direção a São Domingos: a França é proprietária de uma parte dessa ilha, que nada mais é que a

antiga Hispaniola de Cristóvão Colombo. Aqui, temos um outro contexto: a exploração de cana-de-açúcar com mão-de-obra escrava. Em 1720, embora a produção açucareira esteja em alta, a densidade demográfica é de um habitante por km<sup>2</sup>. Como garantir a segurança dessa possessão em tais condições, seja com relação às ameaças externas (pirataria) ou internas (escravos)? Em alguns anos, essa ilha se cobrirá de cidades (ao menos no papel) a tal ponto que Pierre Pinon qualificará maravilhosamente São Domingos como “ilha de cidades” (PINON, 1999).

Por que então projetar a construção de cidades se não há habitantes para ocupá-las? A resposta está contida na pergunta: para atrair habitantes. Em São Domingos, a França fundou cidades para ter suficientes *petits blancs* capazes de carregar as armas em caso de ataque da ilha por ingleses ou espanhóis. Diante da impossibilidade de fortificar todos os portos, de contar com os proprietários das plantações, bem como com os escravos, aos quais nem se pensa em confiar armas, a defesa está nas mãos dos habitantes das cidades: comerciantes, artesãos, operários. É para aumentar essa população de *petits blancs* que cidades devem ser fundadas.

Fundar uma cidade é, assim, um ato voluntário, ao qual nada garante que seja seguido de efeito, ou seja, que os habitantes venham povoá-la. Para o Môle Saint-Nicolas, fundado em 1762, Moreau de Saint-Méry (1798, p. 192) indica: “Já que o solo não atraía os habitantes, era necessário chamá-los através de estímulos em víveres e em munições, e até acrescentar uma isenção temporária de impostos”. Por “sorte”, acadianos, expulsos da América do Norte, foram enviados e cada família recebeu um lote. Se a questão dos habitantes foi resolvida, aqui, pela chegada inesperada dos acadianos, esse não é exatamente o caso das outras cidades. É preciso então usar estratagemas: esta é a razão pela qual são difundidos, na França, planos de algumas das cidades de São Domingos, como Bombardópolis, com suas formas tão generosas, tão regulares, e apresentando consideráveis vantagens fiscais. Contemplando-se esse plano, sente-se uma cidade já bem ocupada, ressonante de vida, acolhedora. Fundada em 1764 por Du Portal, ela perecerá de ficar vazia (Figura 3).

Assim como Bombardópolis, várias cidades são fundadas em São Domingos, sem saber muito bem quem vai verdadeiramente habitá-las; cidades cujos planos esforça-se em difundir, esperando que eles suscitem vocações. São cidades mortas, não por causa de uma ocupação, mas por ter esperado demais uma ocupação, como Torbec ou Les Cayes, ao sul de São Domingos. Mas a que belos planos elas deram origem!



Figura 3. Bombardópolis (1764)

### NOVA MAZAGÃO, A CIDADE QUE EMPURRA FRONTEIRAS

Estamos no Brasil, mais precisamente na Amazônia, no maciço guianês, ao norte do rio Amazonas. No começo de 1770, Portugal empreende a construção da cidade de Nova Mazagão. Dessa vez, são considerações de ordem geopolítica que temos que colocar para explicar o contexto: em 1750, em consequência do tratado de Madrid, que redesenhava as fronteiras entre as possessões espanholas e portuguesas no Novo Mundo, foi decidido o envio de comissões das fronteiras para resolver os casos litigiosos – a região das Missões ao sul, e a Amazônia. Por iniciativa do representante da coroa portuguesa, Alexandre de Gusmão, o princípio jurídico do *uti possedetis* foi escolhido. Oriundo do direito romano, esse princípio permite a atribuição de uma zona litigiosa à potência capaz de provar a existência de um estabelecimento humano permanente na região. Comissões das fronteiras são então instaladas a fim de estabelecer uma cartografia precisa dessas regiões. Decidido a reaver o norte da bacia do Amazonas (para ter um controle total da desembocadura), bem como a região das Missões, Portugal decide expulsar os jesuítas, presentes demais nessas zonas contestadas (1760), e a implantar uma verdadeira política de urbanização das fronteiras: construção de fortes e deslocamento de população (incluídos os famosos açorianos).



Por um desses felizes acasos que a história reserva às vezes, eis que, no começo de 1769, o rei recebe uma notícia da fortaleza de Mazagão, instalada no litoral atlântico do Marrocos – uma esplêndida fortaleza abaluartada, inspirada nos modelos da arquitetura militar italiana do Renascimento. Os 2.000 ocupantes da praça, sitiados por 120.000 soldados mouros, não poderão resistir muito tempo: seu governante pede reforços. Boa oportunidade para a coroa, que há muitos longos anos procurava se desvencilhar dessa inútil fortaleza, resíduo anacrônico da época da Reconquista. Esses 2.000 habitantes vão ser úteis ao Império: o rei decide tirá-los da fortaleza, para enviá-los à Amazônia, a fim de povoar essa região tão estratégica. Ele pede então que seja fundada, para sua instalação, um pouco acima da margem norte do Amazonas, uma Nova Mazagão (VIDAL, 2008). É um engenheiro italiano, Domingos Sambucetti, o encarregado de escolher o local e desenhar o plano.

Esse plano da Nova Mazagão foi objeto de uma difusão em grande escala. Várias cópias foram realizadas, as quais são encontradas hoje em vários depósitos de arquivos, tanto em Portugal como no Brasil. Trata-se, portanto, de uma operação excepcional, reconhecida e reivindicada como tal pela coroa portuguesa, que faz questão de garantir sua publicidade. Ela mostra assim, junto a seus súditos e às outras potências marítimas europeias, o perfeito controle de seu território colonial e sua capacidade de dominar um espaço tão hostil quanto a Amazônia. Tanto quanto o homem, se não mais, a imagem é um vetor da presença portuguesa na Amazônia. Nova Mazagão, cidade imagem, apresenta-se como uma aposta em um futuro possível.

Contrariamente aos outros planos, esse mapa não teve grande difusão – hoje existe um único exemplar no Rio de Janeiro. Esse duplo tratamento iconográfico da Nova Mazagão e as diferentes modalidades de difusão desses planos parecem indicar dois níveis de discurso por parte da coroa portuguesa. Em um primeiro momento, ela divulga amplamente a imagem da cidade colonial para demonstrar seu controle geopolítico da região amazônica. Depois, ela tenta difundir, de forma mais restrita, a imagem da cidade fortificada, para apresentar, junto a seus súditos, o deslocamento de Mazagão como o simples traslado espacial de uma fortaleza, de uma cidade encerrada entre suas muralhas.

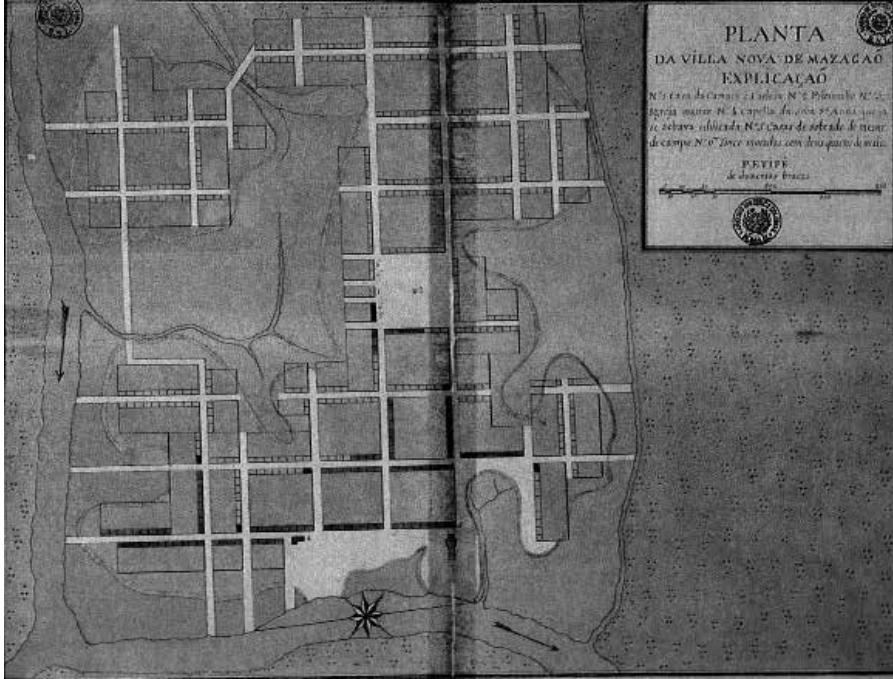


Figura 4. Plano da Nova Mazagão por Domingos Sambucetti (1770)

Nova Mazagão apresenta todas as características de uma cidade colonial com formas regulares, pronta para receber uma sociedade que tem que se encaixar sem dificuldade em uma rede pré-definida. Mas, se a natureza colonial da Nova Mazagão está amplamente demonstrada, qual é a situação da relação entre a praça forte e a cidade colonial – laço sabiamente cultivado pela manutenção do topônimo Mazagão? A diferença de forma salta aos olhos de qualquer observador. Não é provavelmente um acaso se, na mesma época, é estabelecido um “mapa topográfico da circunferência da Nova Mazagão”. Esse mapa apresenta a situação da cidade colonial, judiciosamente colocada na curva de um dos afluentes do rio Amazonas, dando a impressão de dominar o coração de uma rede aquática impressionante. Mas, sobretudo, o autor desse mapa, cujo nome nos é infelizmente desconhecido, desenhou a cidade aprisionada por sólidas muralhas: um campanário e casas de tetos bem nítidos se destacam por sobre as muralhas. A cidade retoma então, nessa representação cartográfica, a forma original da praça forte marroquina.

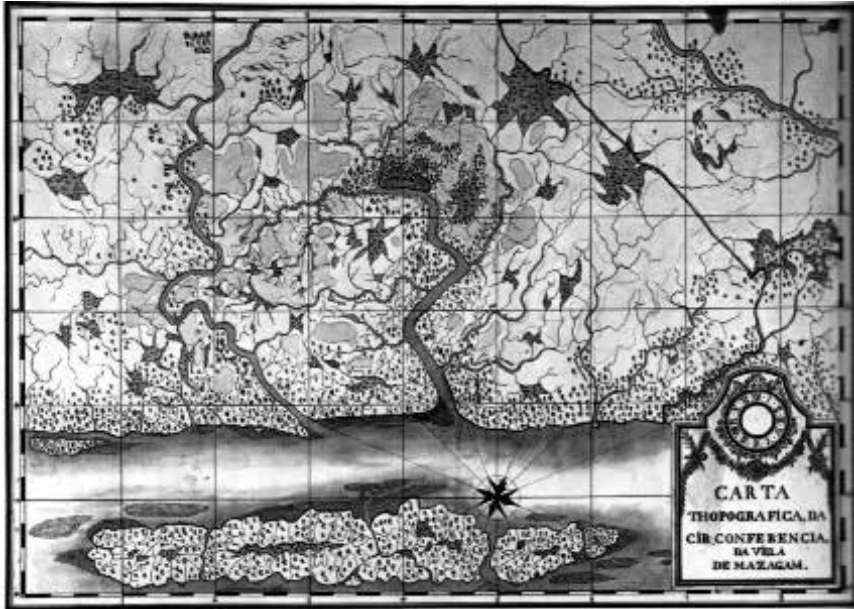


Figura 5. Mapa topográfico da circunferência da Nova Mazagão  
Em uma curva do rio Mutuacá podem ser vistas as fortificações abaluartadas  
de Nova Mazagão.

Pouco importa, então, o fracasso da implantação da Nova Mazagão, pouco importam as epidemias, a fome ou a morte, cotidiano desses habitantes deportados: aos olhos da coroa, Nova Mazagão terá perfeitamente atingido seu objetivo. A presença cartográfica de uma cidade ao norte da bacia do Amazonas permitiu que a coroa portuguesa reivindicasse a posse dessa região.

## BRASÍLIA, CIDADE PROMETIDA

O século XX brasileiro oferece-nos um exemplo famoso da colocação em imagens de uma cidade nova, e que se inscreve na continuidade direta de nossa reflexão: Brasília. De fato, segundo seu inventor, Lúcio Costa, a cidade “nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz [...]. Trata-se de um ato deliberado de posse, de um gesto de sentido ainda desbravador, nos moldes da tradição colonial” (COSTA, 1991, p. 85-86).

Não obstante, quando o presidente Juscelino Kubitschek se compromete, durante sua campanha eleitoral, a construir Brasília, a nova capital do Brasil, é

por razões muito particulares. Desde as primeiras semanas da campanha, em março-abril de 1955, sua equipe de conselheiros percebe que o candidato do PSD não decola e que ele é incapaz de conseguir o apoio das massas urbanas. No mês de março, por exemplo, segundo uma pesquisa de opinião, Kubitschek recebe só 21,9 % das intenções de voto dos cariocas. Nessas condições, as chances de eleição são bem pequenas. Surge então a idéia de integrar ao seu programa a construção de Brasília – e de torná-la inclusive o objetivo-síntese. Uma proposta como essa visava claramente encontrar um derivativo a esse impasse político. Mas Kubitschek e seus conselheiros sabem o quanto essa idéia da transferência da capital brasileira, inscrita na constituição republicana desde 1891, é capaz de “canalizar as esperanças difusas da sociedade”, de “devolver o sentido da coletividade nacional” e, portanto, mais pragmaticamente, de ampliar a base eleitoral do candidato (VIDAL, 2008, p. 225). Depois de sua eleição, em outubro de 1955, o país vive um período de graves perturbações políticas: é necessário até um golpe de Estado preventivo para garantir o acesso ao poder a Juscelino Kubitschek. Dessa vez, ele não podia mais recuar: para pacificar a vida social, oferecer uma saída a todas essas tensões, a construção de Brasília se transforma em uma prioridade. Um concurso para o Plano Piloto é lançado, em março de 1957, e o ganhador é Lúcio Costa.

Juscelino vai fazer de tudo para dissimular esse contexto tão específico do nascimento de Brasília: “Como nasceu Brasília? A resposta é simples. Como todas as grandes incitativas, ela surgiu de quase nada” (KUBITSCHEK, 1975, p. 7-8). “Eu achei a idéia, que tem 167 anos de idade, de transferir a capital do Brasil para o centro. E encontrei prontos os estudos preliminares. Até a localização definitiva. Então construí Brasília” (KUBITSCHEK, 1962, p. 57). A história é tão bonita que dá vontade de acreditar...

Essa visão descontextualizada repercute, não obstante, de maneira estranha em Lúcio Costa, que explica em seu relatório: “Eu tomo a liberdade de, no máximo, apresentar uma solução possível que eu não procurei, mas que apareceu, de certa forma, por conta própria” (COSTA, 1991, p. 85-86). A escolha de Lúcio Costa é cercada do mesmo mistério religioso que guiou a mão de Rômulo para traçar o caminho de Roma. Até o geômetra romano encarregado de traçar o *cardo* e o *decumanus*, lembra Joseph Rykwert, interessa-se pelos ritos de fundação, e envolve seu trabalho em mistério: “Os eixos não são nunca traçados sem referência à ordem do Universo, pois os *decumani* são alinhados aos

movimentos do sol, enquanto os *cardines* seguem o eixo do céu” (RYKWERT, 1976, p. 90). Conscientemente ou não, Lúcio Costa inscreve o nascimento de seu plano nesse espesso mistério que contribui ainda mais para turvar o que está politicamente em jogo na construção de Brasília.

A fotografia aérea do cruzamento dos eixos de Brasília, traçados com o reforço importante de escavadeiras, no coração de uma natureza virgem, é amplamente difundida em todo o Brasil em 1957: ela serve como reforço desse procedimento de descontextualização da fundação da nova capital do Brasil, colocando-a fora do alcance das críticas políticas. Essas duas linhas depuradas, que se cruzam em ângulo reto, são uma promessa, uma expectativa: AQUI, vai nascer uma cidade.

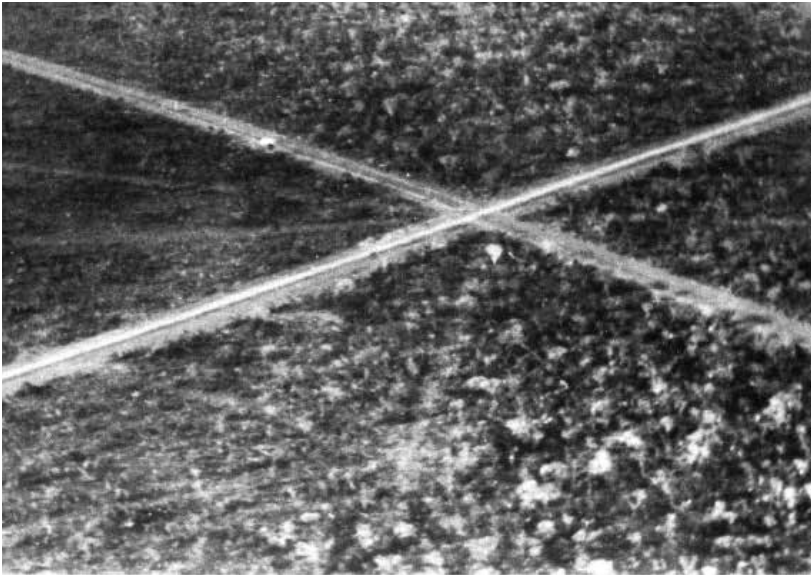


Figura 6. Cruzamento dos eixos em Brasília

Pouco importa, então, o sentido político do plano de urbanismo, pouco importa sua simbologia autoritária: a cruz, da qual resulta um plano em grade, sendo uma forma geométrica potente no seio da qual o indivíduo permanece uma unidade abstrata. Para o fundador e o planificador, simples intérpretes de uma idéia genial, o nascimento misterioso da cidade constitui a própria essência da futura capital: Brasília, cidade mistério, cidade mística, cidade mítica.

\*

Esses exemplos, nem um pouco exaustivos, fornecem várias respostas à nossa questão inicial. Colocar uma cidade em imagens pode servir para suscitar ou esclarecer um projeto político (Henryville, Nova Orleans) ou para confundir seus contornos (Brasília), para apoiar uma ambição geopolítica (Nova Orleans, Nova Mazagão), para fazer uma verdadeira propaganda a fim de atrair futuros habitantes (Bombardópolis).

O caso francês é particularmente revelador. Os planos das cidades francesas do Novo Mundo, bem difundidos na França, dão a imagem de uma implantação sólida e durável. Na prática, as dificuldades para ocupar as parcelas e a arquitetura de madeira e junco revelam a grande distância que separa as intenções dos fatos. Mas, ao final, essa imagem não tinha uma utilidade na estratégia do poder real na França (especialmente no contexto europeu) – fazer a demonstração de sua modernidade? No fundo, pode-se legitimamente levantar a questão do sentido dessa colonização francesa no Novo Mundo: será que ela não foi, sobretudo, uma colonização pela imagem, uma colonização imaginada? A imagem, muito mais que o homem, é o vetor da presença francesa no Novo Mundo. De Henryville a Bombardópolis, passando por Nova Orleans, a cidade francesa do Novo Mundo é uma aposta em um futuro possível. Aqui reside, certamente, um aspecto ainda pouco desenvolvido na pesquisa: o papel da imagem (planos, gravuras, esboços etc.) na orientação e reorientação da política francesa nas Américas.

Em suma, encontramos aqui a velha questão dos laços entre o político e a cidade, que alimentou uma abundante literatura. A cidade é, de fato, o espaço predileto do político, que pode, ali, mostrar-se melhor do que em qualquer outro lugar, estar sob os holofotes na fundação, desfilando, afirmando seu poder em edifícios, praças ou amplas avenidas. Na cidade, o político se apropria do tempo e, criando a ilusão de dominá-lo, instala-se indefinidamente – como fora do alcance dos sobressaltos do mundo. Na cidade, o político se apropria também da imagem e a proximidade que ele mostra sobre o acessório lhe permite, freqüentemente, mascarar o essencial. É exatamente para isso que serve, em suma, a colocação em imagens das cidades: teatralizar o político (DUVIGNAUD, 1965; 1978; BALANDIER, 1980). Posto em cena desse modo, o poder não mais se mostra nu perante a sociedade.

## REFERÊNCIAS

- AUGERON, Mickaël; VIDAL, Laurent. Du comptoir à la ville coloniale : la France et ses nouveaux mondes américains. Bilan historiographique et perspectives de recherche (c.1990-2001). *Debates y perspectivas. Cuadernos de historia y ciencias sociales*, Madrid, n. 2, p. 141-171, set., 2002.
- BALANDIER, Georges. *Le pouvoir sur scènes*. Paris: Balland, 1980.
- CALVINO, Italo. *Les villes invisibles*. Paris: Seuil, 1973.
- COSTA, Lúcio. Relatório do plano piloto de Brasília. In: \_\_\_\_\_. *Brasília, cidade que inventei*. Brasília: ArPDF, Codeplan, DePHA, 1991.
- DUVIGNAUD, Jean. *Sociologie du théâtre*. Paris: PUF, 1965.
- \_\_\_\_\_. *Lieux et non-lieux*. Paris: Gallilée, 1978.
- GRUZINSKI, Serge. *La guerre des images*, de Christophe Colomb à Blade Runner (1492-2019). Paris: Fayard, 1990.
- KUBITSCHKE, Juscelino. *A marcha do amanhecer*. São Paulo: Best Seller Editora, 1962.
- \_\_\_\_\_. *Por que construí Brasília*. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1975.
- LANGLOIS, Gilles-Antoine. L'aventure urbaine de la Louisiane. In: VIDAL, Laurent; D'ORGEIX, Emilie (Dir.). *Les villes Françaises du Nouveau Monde: des premiers fondateurs aux ingénieurs du roi (XVIème-XVIIIème siècles)*. Paris: Somogy Editions d'Art, 1999. P. 120-129.
- LESTRINGANT, Franck. La France Antarctique et la cartographie prémonitoire d'André Thévet. *Mappemonde*, Paris, v. 88, n. 4, p. 2-8, 1988.
- PINON, Pierre. Saint-Domingue, l'île à villes. In: VIDAL, Laurent; D'ORGEIX, Emilie (Dir.). *Les villes Françaises du Nouveau Monde: des premiers fondateurs aux ingénieurs du roi (XVIème-XVIIIème siècles)*. Paris: Somogy Editions d'Art, 1999. P. 108-119.
- RYKWERT, Joseph. *The idea of a Town: the anthropology of urban form in Rome, Italy, and the Ancient World*. Princeton: University Press, 1976.
- VIDAL, Laurent. Fort Coligny et la France Antarctique (1555-1560). In: VIDAL, Laurent; D'ORGEIX, Emilie (Dir.). *Les villes Françaises du Nouveau Monde: des premiers fondateurs aux ingénieurs du roi (XVIème-XVIIIème siècles)*. Paris: Somogy Editions d'Art, 1999. P. 70-73.
- \_\_\_\_\_. Penser les villes françaises aux Amériques. In: JOUTARD, Philippe; POTON, Didier; WIEN, Thomas (Coord.). *Mémoires de Nouvelle France : actes du colloque international*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2005. P. 365-377.
- \_\_\_\_\_. *De Nova Lisboa a Brasília*. A invenção de uma capital. Brasília: Editora da UnB, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Mazagão, a cidade que atravessou o Atlântico*. Do Marrocos até a Amazônia (1769-1783). São Paulo: Martins Editora, 2008.
- VIDAL-NAQUET, Pierre; LÉVÊQUE, Pierre. *Clisthène l'Athénien : essai sur la représentation de l'espace et du temps dans la pensée politique grecque*. Paris: Belles Lettres, 1964.

Recebido em: 19/02/2008

Aceito em: 15/04/2008